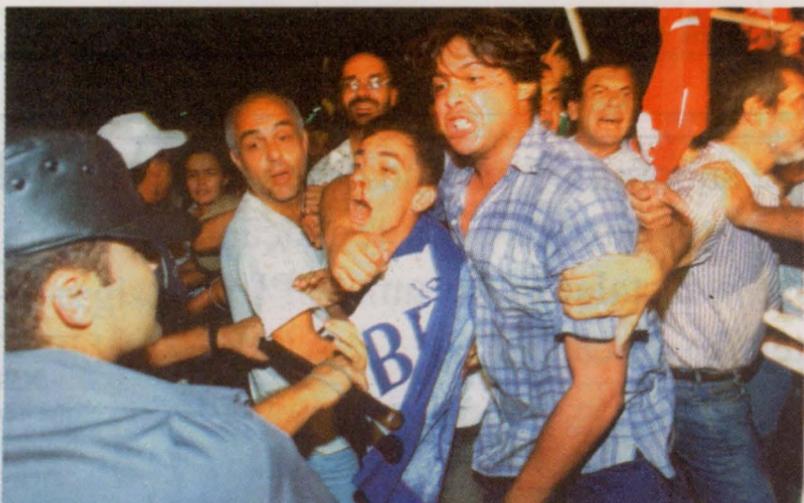


## Venda da Vale custa caro a FHC

Protestos e ações judiciais contra a privatização desgastam o governo federal. Entrega da estatal é um crime contra a soberania e os interesses do Brasil.

Página 4



Lindberg Farias e presidente da Ubes, Kerison Lopes, espancados

# A Classe Operária



R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

# PCdoB convoca 9º Congresso



## A luta pela terra

João Amazonas\*

A luta pela terra no Brasil vem de muito longe. Tomou diferentes formas e congregou distintos setores da população. Desde os negros escravos, que tiveram em Zumbi dos Palmares sua expressão heróica, passando pelos movimentos populares da época colonial, ganhando dimensões de massas nas Ligas Camponesas do Nordeste, até a marcha vigorosa dos Sem-Terra dos nossos dias, que empolgou Brasília e o Brasil.

A reivindicação, em seu conteúdo social, é sempre a mesma - Terra para quem nela trabalha, liberdade e justiça social! - E nem pode ser de outra maneira, porque responde à realidade do país, onde o solo é tremendamente monopolizado há quinhentos anos, onde a liberdade só existe para os poderosos e onde a justiça no campo apenas aparece para defender a "sagrada propriedade" dos latifundiários e absolver os assassinos de camponeses.

O Partido Comunista do Brasil nasceu em 1922, erguendo bem alta a bandeira da reforma agrária. Seu emblema é a foice e o martelo, simbolizando a união dos camponeses e operários.

Na década de 20, o Partido, forçado à clandestinidade, participou de eleições municipais sob a legenda do Bloco Operário-Camponês. Assim elegeu seus primeiros parlamentares.

Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora, organizada por iniciativa do Partido Comunista do Brasil, com larga repercussão no país, propagou o lema PÃO, TERRA E LIBERDADE.



PCdoB presente no ato dos Sem-Terra, em Brasília

Mais tarde, o Partido orientou e ajudou a resistência dos camponeses de Trombas/Formoso, em Goiás, e de Poecatu, no Paraná, que pretendiam a reforma agrária.

Durante o governo de João Goulart, os comunistas apoiaram a campanha em favor das reformas de base, que incluíam a concessão de terras aos trabalhadores do campo às margens das rodovias.

Também os comunistas juntaram-se às Ligas Camponesas do Nordeste, que realizaram intensa atividade, aí pelos anos de 1958/63, reclamando a reforma agrária "na lei ou na marra".

Em oposição à ditadura militar, o Partido Comunista do Brasil organizou a resistência armada do Araguaia, em estreito contato com as massas camponesas, levantando suas reivindicações e convivendo intimamente com seus terríveis problemas de miséria e abandono. Dezenas de camponeses participaram da Guerrilha do Sul do Pará, direta ou indiretamente, entendendo que aquela era sua própria luta pelo direito à vida e à terra.

Os comunistas têm pago alto preço por sua decidida inserção na luta camponesa. Em 11 de junho de 1987, o advogado comunista, Paulo Fontelles, defensor dos camponeses, foi barbaramente assassinado, em Belém do Pará, a mando dos latifundiários locais.

Recentemente, ainda no Pará, em Rio Maria, foram trucidados vários camponeses, toda uma família, os Canutos, que lutavam pela terra e se identificavam com o Partido Comunista.

No massacre de Eldorado dos Carajás, tombaram igualmente camponeses comunistas que reclamavam a posse da terra.

Na atualidade, o Partido Comunista do Brasil apóia firmemente o movimento dos Sem-Terra que se torna o referencial destacado da grande luta do povo brasileiro por mudanças profundas na estrutura agrária do país.

O MST é um amplo movimento que sensibiliza diversas correntes políticas, principalmente de esquerda, conta com a ajuda decidida da Igreja Católica e de outras religiões e dos que se opõem ao neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso, que vai levando o Brasil ao desastre da perda da soberania nacional e do alargamento da área de pobreza e miséria do país.

Essa amplitude organizacional é o lado forte do MST, bem como sua disposição de prosseguir na luta de grandes massas pela reforma agrária. Unido aos movimentos democráticos, de luta social e de reivindicações patrióticas das cidades, o Movimento dos Sem-Terra ajudará a descortinar novos rumos progressistas para o Brasil.

\* presidente nacional do PCdoB

A 15ª reunião plenária do Comitê Central, no dia 28 de abril, convocou o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Nesta edição, publicamos os documentos aprovados para o debate, bem como as diversas resoluções normativas. As comissões políticas de vários comitês estaduais já deflagaram o processo de preparação das conferências municipais e estaduais.

Página 6

## EUA pressionam pela Alca

A proposta americana de acelerar a formação da Área de Livre Comércio das Américas, destinada a liberalizar o intercâmbio comercial do Alasca à Terra do Fogo, incluindo 34 países, exceto Cuba, não interessa ao Brasil.

O fortalecimento das relações entre os países da continente é, sem dúvida, desejável e passa necessariamente pela intensificação de seu intercâmbio comercial. Mas imaginar que o caminho seja a adoção do livre comércio incondicional, nos moldes propostos pelos EUA, seria um enorme equívoco.

Página 2

### ENTREVISTA

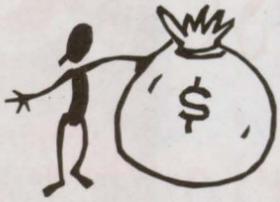


Orlando Silva Jr. fala dos 60 anos da UNE e dos desafios do 45º Congresso **pág. 3**

# Gravações provam compra de votos para a reeleição



Página 2



■ As denúncias de suborno põem a nu o processo que garantiu 336 votos favoráveis à reeleição na Câmara. Impõe-se a instalação de uma CPI para apurar toda a extensão do caso



Deputados do Bloco da Oposição "lavam" a Praça dos Três Poderes em protesto contra a corrupção, dia 15 de maio

## Aparece o jogo sujo de FHC

Fredo Ebling

O impacto das denúncias de suborno na votação da reeleição tomou conta da Câmara dos Deputados. O Bloco Parlamentar de Oposição (PCdoB, PT, PDT, PSB) propôs, de imediato, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) como forma de localizar corrompidos e corruptores. O presidente Michel Temer (PMDB-SP) nomeou Comissão Interna de Sindicância e prometeu apuração rápida.

As informações sobre dão conta de uma rede complexa de corrupção envolvendo, além dos deputados Ronivon Santiago e João Maia (PFL/AC), os governadores do Acre, Orleir Cameli e do Amazonas, Amazonino Mendes; o secretário executivo do Ministério dos Transportes, José Luis Portella Pereira, considerado pessoa de extrema confiança do presidente Fernando Henrique; empreiteiras com interesses no Orçamento da União, e que seriam as encarregadas de fazer alguns dos pagamentos a deputados, chegando até ao ministro Sérgio Motta. Esta, por enquanto, é a ponta do iceberg. A explicação para que, segundo a Folha de São Paulo, 108 deputados virassem seu voto a favor da

reeleição nas 24 horas anteriores à decisão no plenário da Câmara, certamente empestaria os ares do Brasil com o fétido mau-cheiro da corrupção palaciana.

É evidente que só há venda de votos se, por outro lado, houver compra. Portanto, se há corruptos, há corruptores. A estratégia do governo, no entanto, tenta esconder esta evidência. De um lado, articula uma punição fulminante aos dois deputados considerados "réus confesos" para que sirvam de "boi-de-pirinha" à opinião pública. De outro, pressiona deputados da sua base para que retirem as assinaturas em apoio à CPI; "esconde" o ministro Sérgio Motta, diz que não tem nada a ver com o caso para, finalmente, tratar a questão como sendo "onda" da oposição.

A tentativa governamental é a de circunscrever o problema à esfera de culpa dos deputados envolvidos. Pretende, com isso, erguer uma muralha de proteção ao principal interessado no resultado daquela votação e seu maior beneficiário, o próprio presidente Fernando Henrique.

O povo vai perdendo as ilusões com FHC. Pesquisa do Datafolha revela que 91% dos paulistanos quer a instalação da CPI da reeleição. Os índices de popularidade do presidente vem caindo e,

por onde passa, recebe vaias. Na última quinta-feira, em Belo Horizonte, quando foi descerrar a placa de reinauguração do prédio do Hospital Sarah Kubitschek recebeu uma solene vaia, inclusive, dos pacientes do hospital.

Esta indignação crescente deve se transformar em atos concretos. O Bloco Parlamentar de Oposição está tomando iniciativas para que manifestos sejam lançados e atos realizados nas capitais do país, exigindo a instalação da CPI.

Em janeiro último, a liderança do PCdoB apresentava exemplos da despuddorada cabalgem de votos que agora vem à tona.

O deputado Francisco Rodrigues (PPB-RR), resumindo a intenção da romaria de deputados ao Palácio do Planalto, afirmava: "Não vim aqui pelos belos olhos do presidente. Já que ele quer mais quatro anos, viemos colocar nossas reivindicações". O deputado Fernando Diniz (PMDB-MG), por sua vez, falava: "Depois dessa votação, o Orçamento do governo vai acabar pequeno". E acrescentava: "Pelo menos para mim, o Orçamento vai ter que melhorar". O deputado Paulo Lima (PFL-SP) traduzindo o ambiente em Brasília naqueles dias, dizia: "Bem que poderia ter uma dessas por mês".

## A abertura desigual

Aldo Rebelo\*

Na história do capitalismo, os países que têm desfraldado sem restrições a bandeira do livre comércio são os mais desenvolvidos, que têm possibilidade de tirar vantagens de sua liderança.

Os países mais distantes da fronteira tecnológica sempre procuraram atuar no sentido de defender suas indústrias e tentar evitar que antigas e novas barreiras, impostas pelos oligopólios mundiais impeçam seu acesso aos setores industriais mais dinâmicos e geradores de maior valor agregado. Assim agiram os EUA e a Alemanha no final do século passado e o Japão e os tigres asiáticos, mais recentemente.

Se considerarmos, por outro lado, que pleito americano de acelerar a liberação é um caminho de mão única, onde o objetivo explícito dos EUA é, como afirmou a secretária de Estado Madeleine Albright, "assegurar que os interesses econômicos dos EUA possam ser estendidos à escala planetária", aí é que a proposta perde totalmente o sentido. A liberdade de comércio não pode ser unilateral.

Se os EUA estão tão interessados no livre comércio regional, por que não eliminam a tarifa aduaneira de US\$ 454,00 por tonelada de suco de laranja concentrado que exportamos, o que aumenta o preço ao consumidor americano em mais de 40%? Por que nos impingem uma cota de exportação de apenas 280 mil toneladas de açúcar num mercado que importa 2,7 milhões de toneladas por ano? Por que nos impedem de exportar álcool, gasolina, frutas, camarões, aves, carne bovina e suína? Por que sobretaxam nossas vendas de tabaco em 350%?

O Brasil, em sua recente abertura comercial, derrubou a tarifa média de importação de 52% para 14%, sem obter dos EUA nenhuma contrapartida. Alguns segmentos industriais foram literalmente dizimados, e milhares de empregos desapareceram. Descer ainda mais fundo nesse processo sem reciprocidade, sem tempo suficiente para que a indústria nacional complete sua adaptação, seria uma total irresponsabilidade do governo brasileiro.

Não é possível também aceitar, como querem os americanos, que a Alca seja uma mera extensão do Nafta, simplesmente desconhecido o esforço de integração regional representado pelo Mercosul, que enquanto união aduaneira, se encontra num estágio superior ao da zona proposta pelos EUA.

Não podemos admitir, enfim, que a lógica e a dinâmica do processo sejam ditadas exclusivamente pelos interesses americanos. Temos, por exemplo, boas relações comerciais e diplomáticas com Cuba, e, para nós, não há razão para que a ilha rebelde seja excluída da discussão por simples capricho dos EUA.

\* jornalista, deputado federal do PCdoB/SP



### EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP), e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) - Editoração Eletrônica: Marcos Godói e Cláudio Gonzalez - Administração: Erlendo Miniz

Publicação quinzenal da Editora Jornalística A Classe Operária - rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP

CEP 01318-020 - Fone: (011) 604 4140 - Fax: (011) 606 0412 - e-mail: agprincipios@ax.ibase.org.br

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>



■ Orlando Silva Jr., presidente da UNE, avalia a trajetória da entidade nos seus 60 anos, a ofensiva do governo FHC contra a educação e os desafios do Congresso da UNE, marcado para os dias 2 a 6 de julho próximos, em Belo Horizonte, quando será eleita nova diretoria

*Recursos congelados e provão*

## Governo quer desmontar a Universidade pública

**Classe** - Como é a UNE aos 60 anos?

**Orlando** - A UNE comemora seus 60 anos cada vez mais jovem, com a mesma rebeldia, combatividade, garra e disposição de luta características da juventude. A marca da história e do presente da UNE é de defesa de uma sociedade mais justa, onde a universidade seja mais democrática. A UNE continua sendo um referencial importante para a juventude brasileira e uma entidade fundamental para a luta política do país. "60 anos de luta a favor do Brasil" é o lema desse aniversário.

**Classe** - Como você avalia essa última fase da UNE, pós impeachment?

**Orlando** - O impeachment foi uma das maiores mobilizações de massas dos últimos anos no Brasil. A UNE jogou um papel fundamental. O balanço que fazemos do impeachment para cá é positivo, porque a entidade está presente nos principais momentos da luta política e também em defesa da educação pública, que tem sido alvo dos governos estaduais e do governo federal. Isso é importante porque há uma tendência de recrudescimento da luta política. O neoliberalismo é incapaz de apresentar soluções para os problemas da humanidade e esse tipo de debate precisa ser feito também nas universidades.

**Classe** - Como é a relação da UNE com o MST?

**Orlando** - A relação da UNE com o MST intensificou-se logo depois do impeachment. O Lindberg ainda era o presidente da UNE, o MST não tinha a projeção que tem hoje e o Lindberg foi ao Pontal do Paranapanema, reuniu-se com José Rainha para discutir formas de apoio e ação conjunta. Participamos de fóruns e congressos do MST. No início deste ano realizamos, em Brasília, um acampamento de estudantes e sem-terra contra a reeleição. No início de março realizamos uma passeata comum em São Paulo, e um ato pela reforma agrária. Os estudantes tiveram grande participação na chegada da marcha em Brasília.

**Classe** - Além do MST, que setores a UNE prioriza na sua atuação?

**Orlando** - Queremos aproximar a UNE do movimento sindical. É necessário que trabalhadores da cidade, do campo e estudantes tenham uma maior unidade na luta. A Conferência da Terra, Trabalho e Cidadania para nós foi um marco fundamental, importante para enfrentar o governo de Fernando Henrique Cardoso.

**Classe** - Por que a UNE vai homenagear Sepúlveda Pertence, presidente do STF?

**Orlando** - O Sepúlveda Pertence foi vice-presidente da UNE, em 1959. O ACM, presidente do Senado, numa tentativa de desrespeitá-lo, disse que ele não podia mais se comportar como dirigen-

te da UNE. O Sepúlveda respondeu que é um motivo de orgulho considerar que ele ainda tem o ímpeto para lutar por democracia, liberdade e cidadania. A homenagem a ele é uma referência à defesa da democracia no Brasil, porque o FHC, esse Fujimori tupiniquim, quer implantar uma ditadura civil no país. A homenagem será um desagravo dos estudantes aos ataques que o Judiciário tem sofrido do Executivo e do Legislativo. O Sepúlveda será Presidente Honorário da UNE. Nosso segundo homenageado será o nosso querido Barbosa Lima Sobrinho, para quem entregaremos a medalha Honestino Guimarães.

**Classe** - E qual é a situação da Universidade sob o governo de Fernando Henrique?

**Orlando** - São várias iniciativas que o governo e sua base parlamentar no Congresso tomam para desmontar a universidade pública brasileira. O senador Edson Lobão (PFL/MA) protocolou uma Proposta de Emenda à Constituição que acaba com o ensino superior gratuito. Tramita no Congresso outra emenda, de autoria do Executivo, que altera a autonomia das universidades. Há a tentativa do governo em manter o exame nacional de cursos, mais conhecido como provão. O governo propõe a criação de um fundo para manter as universidades e

congela os recursos hoje repassados, que já são insuficientes. O fim do ensino gratuito vai aprofundar ainda mais a elitização da universidade. Precisamos de ampliar as vagas nas universidades.

**Classe** - E o provão de final de curso, emplacou?

**Orlando** - Avaliamos que o governo sofreu uma derrota e a UNE obteve uma vitória importante. Cerca de um terço dos alunos boicotaram a prova, com maior adesão nas universidades públicas federais e universidades estaduais de São Paulo. Isso quebrou qualquer parâmetro de ranking que pudesse definir financiamento, um dos objetivos do governo. Também não é possível comparação para efeitos de mercado de trabalho, porque, com todo o respeito que merece, dizer que a Faculdade de Nova Lima, no interior de Minas Gerais, é a melhor faculdade de direito do Brasil é algo que não se sustenta. A Faculdade de Administração de Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul, que não tem biblioteca, laboratório e nenhum professor sequer com pós-graduação foi classificada como faculdade de conceito A, a quarta colocada entre as faculdades de administração. Isso aconteceu porque essa faculdade treinou alguns alunos para responder bem na prova de múltipla escolha. A UNE tem uma grande disposição para duplicar o boicote em relação ao anterior.



**Classe** - Mas a UNE tem propostas para a Universidade?

**Orlando** - A luta dos estudantes deve girar em torno de alguns aspectos fundamentais. Garantir financiamento público para as universidades públicas e ensino gratuito; a expansão das vagas nas públicas. Há 15 anos não aumentam o número de vagas. A expansão deve ser dar principalmente nos cursos noturnos. Hoje, os cursos noturnos são reserva de mercado para as faculdades particulares. Queremos debater a qualidade da universidade, que privilegia as necessidades sociais do povo. Outro aspecto diz respeito à gestão democrática. Acreditamos importante que estudantes, professores e funcionários tenham um peso maior na direção da universidade. Defendemos, inclusive, que deve incorporar parcelas da sociedade organizada para discutir a vida universitária.

## Desafios do 45º Congresso da UNE

**Classe** - Como está a preparação para o Congresso da UNE, que acontece em julho?

**Orlando** - Estamos trabalhando para que ele seja um grande comício contra Fernando Henrique Cardoso. Um grande ato deverá reunir personalidades do campo democrático. No movimento estudantil cresce a consciência da necessidade de intensificar as mobilizações, ao mesmo tempo ele já reflete a visão geral da necessidade de maior unidade contra o governo.

**Classe** - É fácil garantir a unidade dos estudantes?

**Orlando** - Não. Esse talvez seja o maior debate do Congresso. Nós vamos defender a unidade de todos os setores em oposição ao governo de FHC. Pela primeira vez deve ir ao Congresso, de forma organizada e articulada, setores conservadores da política brasileira. Uma organização de jovens ligados ao PFL tem realizado vários fóruns regionais para debater a participação no Congresso da UNE. Do mesmo jeito, o PPB jovem deve ter presença, além da juventude do PSDB. Nós vamos lutar para que as resoluções do Congresso mantenham o eixo de enfrentamento com o governo, derrotando esses setores. Nosso desafio é garantir

uma grande bancada e massiva participação dos delegados com posições avançadas. Há um descontentamento dos setores conservadores, até do próprio Ministério da Educação com a direção da UNE. Essa articulação faz vacilar alguns setores do campo da esquerda. Não podemos permitir que o Congresso seja vencido por uma coligação sem bandeira.

**Classe** - Qual é a pauta do Congresso?

**Orlando** - Vamos valorizar muito a discussão sobre universidade, devido às propostas de reforma do governo, que vão no sentido de desmontar o sistema de ensino superior. Estamos repensando o atual modelo de congressos da UNE. Talvez congressos estaduais, prévios ao congresso da UNE, ou alteração no critério de escolha dos delegados, de forma que se consiga apontar uma qualificação maior dos fóruns da entidade, em especial do Congresso.

**Classe** - Você considera positivo o balanço do trabalho da atual gestão?

**Orlando** - Nós assumimos essa gestão com o desafio de colocar a UNE na sala de aula. Ao final, fazemos um balanço positivo. Foram realizadas, em todos os semestres, reuniões de DCEs e UEEs, reuniões setoriais, encontro de

mulheres, reuniões com executivas de cursos, que permitiram à direção da UNE refletir melhor o pensamento do conjunto dos estudantes. Realizamos as caravanas, uma experiência nova em que diretores da UNE e das entidades estaduais fizeram um esforço concentrado de passar em sala de aula, que culminou com um dia nacional de mobilização em 28 de março do ano passado. Lançamos a campanha "Eu não agüento FHC", que orientava os estudantes de todo o Brasil a realizar protestos. Buscamos diversificar as atividades da UNE e fizemos uma campanha para a reparação às famílias dos jovens mortos em passeatas e conseguimos uma vitória importante, que foi o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte do Edson Luís e a indenização de sua família. Lançamos nosso cartão de crédito e vamos lançar o seguro estudantil, como fonte de financiamento para as entidades e prestação de serviço aos estudantes. Agora também temos, além da carteira nacional da UNE, uma carteira mundial. A UNE, hoje, presta contas a cada três meses para as entidades estudantis, publicando balancetes. Por tudo isso, chegamos a esse congresso com o sentido do dever cumprido.

# A privatização da Vale

Aldo Rebelo\*

Em que pese todo o esforço dos setores nacionalistas no sentido de impedir a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a empresa foi vendida no dia 6 de maio último. O grupo vencedor, encabeçado pela CSN, do empresário Benjamim Steinbruch, e por alguns fundos de pensão, ao que tudo indica agiu como testa de ferro do Nations-Bank, o quarto maior banco dos Estados Unidos.

O Nations Bank, além de ter entrado diretamente no consórcio vencedor, com um aporte de US\$ 400 milhões, através de uma empresa criada nas ilhas Cayman para esse fim, a Sweet River Investments Ltda, da qual detém 40% do controle, entrou com mais US\$ 1,2 bilhão, através de financiamento oferecido à CSN. Do total de R\$ 3,3 bilhões de dólares, pelos quais o governo vendeu o controle da empresa ao setor privado, o NationsBank entrou com quase a metade.

O outro consórcio que participou do leilão, o Valecom, tendo à frente o empresário Antonio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, a mineradora sul-africana Anglo American e os grupos japoneses Nippon Steel e Mitsubishi, além do grupo Caemi, perderam a queda de braço pelo controle da maior província mineral conhecida no planeta.

Diferentemente de outras privatizações realizadas pelo governo brasileiro, onde praticamente não houve interesse do capital estrangeiro pelos negócios, a privatização da Vale foi objeto de grande interesse, justamente por empresas das duas principais potências econômicas mundiais, Estados Unidos e Japão. Mera coincidência?

Parece que não. Apesar de toda a propaganda do governo, tentando convencer a opinião pública que a atividade à qual se dedica a Vale do Rio Doce não apresenta interesse estratégico para o país, as coisas, ao que tudo indica, não são bem assim. Por mais que as novas tecnologias permitam a substituição de materiais tradicionais como o aço e o alumínio por novas ligas, mais leves e resistentes, é preciso considerar que não há tecnologia nesse mundo que possa fazer surgir alguma coisa do nada. Por mais que novos materiais sejam desenvolvidos, eles sempre o serão a partir de elementos encontrados na própria natureza. Nesse sentido, há uma preocupação crescente das grandes potências econômicas com o domínio estratégico das principais fontes de recursos naturais no mundo. Em primeiro lugar, daqueles que vão se tornando mais escassos nessas novas superligas, até aqueles que hoje podem ser abundantes, mas que, no ritmo em que são consumidos, poderão vir a se tornar objeto de grande disputa no próximo século.

Há poucos meses, quando o jornal *Washington Post*, numa espécie de brincadeira, pediu que alguns dos mais renomados economistas do mundo se colocassem hipoteticamente no lugar de um economista do final do século XXI, Paul Krugman, um dos mais famosos economistas americanos, incluiu entre os prováveis equívocos desse final de século não se ter percebido que o domínio



Ato contra a privatização da Vale, realizado em Ouro Preto (MG)

de fontes de riquezas naturais seria um fator estratégico no século que se aproximava.

Quando se fala da Vale do Rio Doce, não se fala só de minério de ferro. Fala-se também de cobre, manganês, ouro, níquel e outros materiais menos conhecidos como o paládio, mineral usado na fabricação de novas ligas metálicas e cujo valor é maior do que o do ouro.

Nas mãos de empresas estrangeiras, esses metais, principalmente os mais raros, continuarão a sair do Brasil na forma bruta, a preço de banana, e voltarão na forma de sofisticados insumos ou produtos acabados, custando centenas de vezes mais.

A especialização do país em produtos de baixo valor agregado explica em grande parte porque mesmo exportando centenas de bilhões de toneladas de matérias-primas brutas ou semi-processadas o Brasil encontra-se enclacrado num déficit comercial crônico. Só para se ter uma idéia, para se importar um computador e uma impressora de última geração, paga-se US\$ 4 mil. Para efetuar essa compra, o Brasil precisa exportar 200 toneladas de aço ou ainda 4 toneladas de frango congelado.

Tem razão, portanto, o professor e grande brasileiro Celso Furtado, ao afirmar que "com a venda da Vale, o Brasil pode retornar à condição de simples exportador de matéria-prima mineral, de baixo valor e grande impacto ambiental".

Esse é o maior risco que corremos em transferir o controle da Vale para as mãos do capital estrangeiro, como está

sendo feito agora, mesmo que à frente fique um testa-de-ferro brasileiro. O problema não é, como afirmou o presidente, não haver nada de estratégico em escavar minério de ferro no chão e embarcá-lo num navio. Nisso ele tem razão.

O problema é o Brasil ficar só fazendo isso, enquanto as empresas dos países desenvolvidos vão agregando cada vez mais valor à sua produção. Com o complexo siderúrgico brasileiro controlado a partir de interesses externos, porque iriam querer agregar mais valor à matéria bruta extraída do Brasil se podem levá-las embora a baixos preços e realizarem as etapas que agregam mais valor à produção em seus próprios países, gerando lá os melhores empregos, mais divisas e, portanto, mais riqueza em seus países de origem?

Fernando Henrique acha, ou faz que acha, ter feito um grande negócio para o Brasil vendendo a Vale. A história mostrará, mais cedo do que ele imagina, que esse não foi apenas mais um dos erros que ele vem cometendo, embalado na retórica da globalização, mas foi um dos erros pelo qual o Brasil pagará muito caro no futuro.

A desconfiança e o desgaste criados pela resistência democrática e nacionalista ampliaram o isolamento do governo nas camadas sociais mais esclarecidas. A oposição testou seus métodos de mobilização e luta para as batalhas futuras. Essa, FHC venceu, mas perdeu energias vitais para os combates que se avizinham.

## Emenda libera ensino privado

Ricardo Gomyde\*

O princípio da autonomia universitária é constitutivo da própria noção de Universidade. Vincula-se à idéia de liberdade de pensamento, crítica e opinião.

Ao longo de sua trajetória, a Universidade teve que lutar por essa liberdade frente ao poder dos monarcas e da Igreja.

No Brasil, a autonomia universitária foi legalmente prevista desde o início do século. Entretanto, foi letra morta nos períodos ditatoriais, sendo que nos anos 70 o governo militar inventou as famigeradas listas sêxtuplas para indicação dos dirigentes das universidades.

Com a volta do país às regras do jogo democrático, a autonomia ganhou status constitucional. Para essa inscrição na Carta de 1988, concorreram vários setores da comunidade educacional, com destaque para a UNE, Andes, Fasubra e SBPC; e a articulação dos partidos progressistas na Assembleia Nacional Constituinte.

Em 1996, o governo enviou ao Congresso Nacional a PEC 233, que desconstitucionalizava a autonomia, ao inserir o artigo 207 da Constituição a expressão "na forma da lei". Com a firme resistência dos partidos de oposição e da Universidade, o tema foi retirado daquela PEC, para reaparecer este ano com a PEC 370, cujo relator é o deputado federal Paulo Borhausen (PFL/SC). A proposta do governo sequer apareceu oficialmente, prejudicando o exercício das prerrogativas dos parlamentares, impedidos de emendar a proposta real, e discutindo oficialmente uma proposta de "mentirinha". O MEC deseja quebrar o Regime Jurídico Único e descompromete-se com o financiamento das universidades federais. O relator vai além. Comprometido com os lobbies privatistas e respaldado pelas ANUP (Associação Nacional das Universidades Particulares) e ABM (Associação Brasileira de Mantenedoras) quer "liberal geral" a criação de escolas privadas e retirar recursos das universidades federais, para doá-los ao ensino privado.

Os atos, programas e reformas promovidas e pretendidas pelo governo FHC, a exemplo dessa PEC, cumprem objetivos estabelecidos anteriormente pelo Banco Mundial. Um relatório de 1995 intitulado *O Ensino Superior - As lições tiradas da experiência*, orienta a política do governo brasileiro sobre o ensino superior.

Aí está a origem da PEC 370. A aprovação do texto do deputado Paulo Borhausen representa um atentado ao caráter público de nossas universidades federais.

Nós, do PCdoB, aqui no Congresso Nacional, denunciaremos essa (mais uma) tentativa de desmantelamento do ensino superior brasileiro e alertamos que a elitização do ensino e o sacrifício do desenvolvimento autônomo do país, terá repercussões negativas de longo prazo para o futuro do Brasil e como nação.

\* deputado federal do PCdoB/PR

\* jornalista e deputado federal do PCdoB/PR



Russos pedem a renúncia de Yeltsin



Jovens eram maioria no ato de São Bernardo do Campo (SP)

# Atos contra o desemprego marcam o 1º de Maio

Manifestações contra o desemprego, por melhores salários e condições de trabalho, contra o desmonte dos Estados nacionais, unificaram os trabalhadores de todo o mundo no dia 1º de maio. Em diversos países, marchas, passeatas e atos públicos marcaram o protesto contra a política neoliberal e suas conseqüências nefastas para os trabalhadores.

No Brasil, o principal ato aconteceu no Paço Municipal de São Bernardo do Campo (SP), coração da classe operária brasileira, onde um público de 70 mil pessoas, formado principalmente por jovens, protestou contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o desemprego e a demora na reforma agrária.

O ato contou com a presença do presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, e outras lideranças sindicais; MST, UNE e Ubes; além dos partidos políticos de oposição. Luis Inácio Lula da Silva, representou o PT e Aldo Rebelo, o PCdoB.

O presidente da CUT afirmou que cresce a necessidade de realização de uma greve geral contra a política de Fernando Henrique Cardoso. A data mais provável é 25 de julho, quando comemora-se o Dia do Trabalhador Rural. Emprego e Reforma Agrária seriam as reivindicações principais. Segundo Lula, o que não faltam são motivos para uma greve geral. A definição sobre a paralisação depende, principalmente, do avaliação sobre o potencial de mobilização de cada categoria.

O deputado federal Aldo Rebelo fez duras críticas ao governo FHC e conclamou à unidade da oposição.

No Rio Grande do Sul, duas atividades foram realizadas. Em Porto Alegre, uma manifestação no Parque Farroupilha criticou a privatização da Vale e as vantagens (R\$ 2 bilhões!) oferecidas pelo governo gaúcho à General Motors para instalação de uma fábrica na cidade de Gravataí.

Um avião contratado pelos sindicalistas sobrevoou o parque várias vezes, exibindo uma faixa contra a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

Em Lajeado, distante 100 km de Porto Alegre, cerca de 25 mil pessoas participaram de uma romaria pela reforma agrária.

No Paraná, aproximadamente 1.500



Marcha dos mineiros em Santiago, capital do Chile

personas participaram da Romaria do Trabalhador.

Em Brasília, os trabalhadores realizaram protesto em frente à Esplanada dos Ministérios. Foi queimado um boneco representando o presidente da República e feitas muitas críticas às reformas conservadoras.

Uma onda de manifestações agitou as principais capitais no mundo, com violência policial na Alemanha, Coréia do Sul e Turquia. Em todas as línguas, faixas e cartazes desfilaram por praças e avenidas, da Champs Elysées, em Paris, à Praça Vermelha de Moscou ou a Plaza de Mayo, em Buenos Aires.

Todas elas identificavam um inimigo comum dos trabalhadores: o desemprego. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), há, hoje, cerca de 800 milhões de desempregados no mundo.

No Chile, os protestos foram contra o fechamento da mina de Lota, que deixou milhares de desempregados, e por melhores indenizações da Empresa Nacional do Carvão.

Na Europa, a Alemanha registra o maior número de desempregados, com um índice de 12% da população economicamente ativa. E foi lá o palco da maior violência. Cerca de 400 pessoas foram presas e dezenas ficaram feridas. Grupos neonazistas, fortalecidos pelo clima de crise social provocado pelo desemprego, foram responsabilizados pelos conflitos.

Em Turim, Itália, onde está a sede da Fiat, milhares de trabalhadores realiza-

ram protestos contra a ameaça de demissões.

Na França, a luta contra o desemprego uniu, pela primeira vez, as três principais centrais sindicais em passeatas realizadas em diversas cidades. Em Paris, mais de 60 mil pessoas percorreram o trecho entre as praças da República e da Nação. Outras 60 mil partiram da pra-

ça da República em direção à Praça da Bastilha. O desemprego, na França, chega a 12,8%, atingindo 3 milhões de pessoas.

Em Madri, foram realizados comícios no centro da cidade, sob o lema "emprego estável". A Espanha tem o índice de desemprego estimado em 22%.

Em Bruxelas, capital administrativa da União Européia, foram realizados mais protestos contra o fechamento da fábrica Renault, em Vilvorde.

Em Seul, estudantes e trabalhadores coreanos entraram em choque com a polícia, enquanto em Moscou dezenas de milhares de trabalhadores russos, tanto comunistas como nacionalistas, reuniram-se em frente ao Kremlin, portando bandeiras vermelhas e canções revolucionárias e pediram a renúncia de Bóris Yeltsin. Segundo os organizadores da manifestação, cerca de 100 mil ouviram os dirigentes de oposição na Praça de Outubro, antes de seguirem em passeata até o palácio do governo. "Não acreditamos em Yeltsin nem no seu governo", afirmou o líder do Partido Comunista, Guenadin Ziuganov. Ele pediu ainda que Yeltsin respeite os direitos do povo e alertou para os perigos das reformas econômicas e da ampliação do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Em Havana, em plena Plaza de La Revolución, o presidente Fidel Castro falou para um milhão de cubanos, que protestaram contra o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos.

## Justiça garante usufruto de empresa ao sindicato

Renata Werneck

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro realizou importante iniciativa em favor dos trabalhadores do setor naval. A entidade entrou na Justiça com ação do Uso Fruto Judicial que transfere o patrimônio e o controle das empresas do grupo IVI (estaleiros Ishibrás-Verolme) para os trabalhadores.

Com esta medida, o sindicato está garantindo emprego, o parque industrial aberto a novos postos de trabalho. O Uso Fruto será administrado por economista indicado pela Justiça, em nome dos trabalhadores - Luís Carlos Barcelar Leão. Essa nova administração já discutiu um contrato com a empresa Marítima que investe 800 milhões de dólares em obras no grupo. Sem esta iniciativa, a empresa estava condenada à falência em menos

de seis meses, sem nenhuma perspectiva de novas obras, nem de pagamento de funcionários.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Chaves, afirmou: "...estamos garantindo o emprego de centenas de trabalhadores que estavam ameaçados de demissão; o pagamento das dívidas trabalhistas; e, principalmente, vamos reerguer a empresa, trazendo mais obras e buscando soluções para o setor naval".

Esta iniciativa é rara no país, apenas a empresa Santa Matilde, em Três Rios (RJ), conseguiu realizar esta transferência (mesmo assim, um pouco tarde, pois a empresa já havia falido). O empresariado do grupo IVI já reconheceu as ações desta administração judicial, mas o Sindicato continua na briga para manter o estaleiro nas mãos dos trabalhadores.

## 15ª Reunião do Comitê Central

# Congresso deve mobilizar todo o Partido

Renato Rabelo \*

A 15ª reunião plenária do Comitê Central, no dia 28 de abril, convocou o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Os documentos aprovados pelo Comitê Central para o debate, bem como as diversas resoluções normativas, já começam a chegar aos militantes. Atendendo a solicitação anterior do Secretariado Nacional, Comissões Políticas de vários Comitês Estaduais convocaram seus respectivos comitês para que o processo do Congresso seja deflagrado imediatamente nos Estados.

Gostaríamos de destacar a grande importância de um plano específico de mobilização, a maior possível, do coletivo partidário para a realização vitoriosa do 9º Congresso. Partimos da idéia de que todos os quadros do Partido, sem exceção, vão adquirindo profunda consciência da importância po-

lítica do evento que se avizinha. Consideramos, igualmente, que o Congresso não é uma atividade que deva envolver somente os quadros, mas **todo o Partido**. Há um amplo espectro de novos e antigos filiados a ser mobilizado, desde que se criem condições e ambiente para intensas discussões dos temas do Congresso, se aloquem recursos humanos e materiais específicos, se estabeleçam metas etc.

Devemos considerar inclusive a importância da relação entre a batalha do Congresso e a disputa eleitoral de 1998. A primeira pode influenciar diretamente o performance do ano que vem.

Dentre o conjunto de tarefas que envolvem a realização do Congresso, destacamos também o preenchimento do Cadastro de Militantes, que deve ser realizado por todos os participantes deste momento importante da vida partidária.

\* vice-presidente do PCdoB

## NORMATIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS PARA 9º CONGRESSO

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil no uso de suas atribuições, com fundamento nos artigos 29, alínea b, e 34 do Estatuto partidário, aprova a presente resolução:

**Artigo 1º** - As Conferências Estaduais serão realizadas entre 19 de julho e 31 de agosto de 1997.

**Artigo 2º** - As Conferências Estaduais serão convocadas com antecedência mínima de 30 dias.

**Parágrafo único** - O edital de convocação da Conferência Estadual, contendo dia, local, hora e pauta será afixado na sede estadual do Partido, publicado em órgão de imprensa e remetido a todos os organismos do Partido no Estado.

**Artigo 3º** - Da ordem do dia da Conferência Estadual constarão obrigatoriamente:

a - discussão e deliberação sobre os temas do 9º Congresso, tomando por base os documentos apresentados pelo CC;

b - balanço da atividade do Partido no Estado;

c - eleição dos delegados à plenária do 9º Congresso;

d - eleição do Comitê Estadual, desde que atendido o requisito do art. 20, § 5º, e do artigo 38 do Estatuto partidário.

**Artigo 4º** - As Conferências Estaduais elegerão delegados à plenária do 9º Congresso na proporção de um delegado para cada 25 filiados participantes das Assembléias de Base, ou Conferências Municipais, nos municípios onde não existam organizações de base. No cômputo geral do Estado, a

fração que ultrapassar 12 militantes reunidos na base, dará direito a mais um delegado.

§ 1º - Serão eleitos suplentes na proporção de 1/5 dos delegados;

§ 2º - Os suplentes substituirão, na ordem de sua eleição, os delegados impossibilitados de comparecer;

§ 3º - A comprovação do número de participantes nas Assembléias de Base será feita através do cadastro de militantes preenchido, em modelo fornecido pelo CC.

**Artigo 5º** - A eleição dos delegados ao Congresso far-se-á de acordo com a regra do artigo 18 do Estatuto. A ficha de inscrição dos delegados será enviada ao Comitê Central até 5 dias após a realização da Conferência Estadual.

**Artigo 6º** - A Conferência Estadual se instala e delibera com a presença da metade mais um dos delegados eleitos.

**Artigo 7º** - Da Conferência Estadual lavrar-se-á, em livro próprio, ata circunstanciada, contendo:

a - assinatura dos participantes,

b - local, dia e hora,

c - deliberações aprovadas,

d - relação nominal dos delegados eleitos para o 9º Congresso,

e - composição do Comitê Estadual eleito,

f - assinaturas, ao final, do presidente e do secretário dos trabalhos.

§ 1º - Cópia da ata da Conferência Estadual será enviada ao Comitê Central até 5 dias após a sua realização;

§ 2º - Cópia autenticada da ata da Conferência Estadual será encaminhada ao TRE para anotação.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO 9º CONGRESSO

O Comitê Central, em resolução aprovada na sua 15ª reunião plenária, nos termos do artigo 29, alínea b do Estatuto partidário, convoca todos os filiados a participar do 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil a realizar-se dias 13, 14 e 15 de outubro de 1997, em São Paulo, com a seguinte ordem do dia:

1 - Discussão e deliberação sobre os documentos:

a - Enfrentar a escalada neoliberal construindo ampla frente de oposição nacional, democrática e popular;

b - O Partido instrumento fundamental da transformação revo-lucionária e a

força decisiva da revolução e da construção do socialismo.

2 - Aprovação do Programa Socialista.

3 - Aprovação das modificações no Estatuto.

4 - Eleição do Comitê Central.

Nos termos do Estatuto, do Regimento Interno, das normas específicas para a realização do 9º Congresso, os filiados participarão debatendo e deliberando sobre os temas constantes da ordem do dia, elegendo delegados e os organismos de direção, nas Assembléias de Base, Conferências Distritais, Municipais e Estaduais; bem como expõem suas opiniões através da Tribuna de Debates.

Os documentos aprovados pelo Comitê Central para o debate, bem como as normas de realização do 9º Congresso, serão publicados em A Classe Operária, edição de maio de 1997, que poderá ser encontrada em todas as sedes do Partido.

## REGULAMENTAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA TRIBUNA DE DEBATES DO 9º CONGRESSO

### RESOLUÇÃO 02/97

**Artigo 1º** - O Comitê Central publicará a Tribuna de Debates do 9º Congresso, como órgão destinado à exposição das opiniões individuais dos filiados sobre o temário do Congresso.

**Artigo 2º** - A Tribuna de Debates circulará quinzenalmente, durante os meses de junho, julho e agosto.

**Artigo 3º** - A Comissão Editorial da Tribuna de Debates fica constituída pelos camaradas José Reinaldo Carvalho, Walter Sorrentino e Jairo José.

**Artigo 4º** - Somente participarão da Tribuna de Debates os filiados ao Partido.

**Artigo 5º** - É livre o direito de expressão dos filiados, respeitada a ética partidária. Não serão publicadas matérias que contenham ataques pessoais a filiados ou ataques sem princí-

pios ao Partido.

§ 1º - A Comissão Editorial da Tribuna de Debates, considerando alguma matéria em desacordo com esta regulamentação, enviará o artigo de volta a seu autor com as observações pertinentes;

§ 2º - Cabe ao autor recurso à Comissão Política do Comitê Central, caso deseje a publicação do artigo na forma original.

**Artigo 6º** - Cada filiado terá o direito de publicar até 4 artigos, com o tamanho máximo de 4 laudas, de 20 linhas de 70 toques, por artigo.

**Artigo 7º** - As matérias deverão ser enviadas por correio para Rua Major Diogo 834, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01324-000, por Fax (011) 606-4104, ou pelo E-mail: [pcdob@ax.apc.org.br](mailto:pcdob@ax.apc.org.br) aos cuidados da Comissão Editorial.

**Artigo 8º** - As matérias serão publicadas pela ordem de chegada.

## Participantes das assembléias de base serão cadastrados

Partindo da idéia de que o conhecimento da real situação do Partido é um elemento essencial para cumprir efetivamente o papel de direção, o Comitê Central aprovou na normatização das conferências estaduais um item que trata do cadastro de todos os filiados que participarem das assembléias de base. O cadastro preenchido é, inclusive, a forma de comprovação do número de participantes do 9º Congresso.

Um programa de computador específico (Siscamid) foi desenvolvido pela Comissão Nacional de Organização e enviado no início de março para o Partido em todos os Estados do país. A dinâmica do processo é a seguinte:

1 - Instalação do programa Siscamid nos Estados;

2 - Distribuição das fichas (modelo nesta página) em todos os municípios onde o Partido atua;

3 - Preenchimento das fichas durante as assembléias de base ou plenárias municipais onde não existam bases organizadas;

4 - Passagem dos dados coletados para o programa a cargo dos comitês estaduais;

Cadastro de Militantes a ser preenchido nas Assembléias de Base preparatórias do IX Congresso

01 - NOME \_\_\_\_\_

02 - ENDEREÇO RESIDENCIAL \_\_\_\_\_

03 - BAIRRO \_\_\_\_\_ 04 - CIDADE \_\_\_\_\_ 05 - UF \_\_\_\_\_ 06 - CEP \_\_\_\_\_

07 - TIPO DE MORADIA \_\_\_\_\_ 08 - NASCIMENTO \_\_\_\_\_ 09 - SEXO \_\_\_\_\_

10 - FORMAÇÃO:  PRIMÁRIO  SECUNDÁRIO  SUPERIOR  PÓS-GRADUADO

11 - CURSO ATUAL \_\_\_\_\_ 12 - PROFISSÃO \_\_\_\_\_

13 - LOCAL DE TRABALHO / CARGO \_\_\_\_\_ 14 - FUNÇÃO / RAMAL \_\_\_\_\_

15 - ENTIDADE EM QUE ATUA / CARGO \_\_\_\_\_ 16 - FUNÇÃO / RAMAL \_\_\_\_\_

17 - MÊS/ANO DE PAGAMENTO 18 - BAIRRO DE RESIDÊNCIA \_\_\_\_\_

19 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA COM O PARTIDO?  SIM  NÃO 20 - TIPO ACESSO À PUBLICAÇÃO DO PARTIDO?  CLASSE OPERÁRIA  PRINCÍPIOS

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

DECLARADOR: \_\_\_\_\_ VERO: \_\_\_\_\_

ENVIADO AO COMITÊ CENTRAL EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

5 - Envio dos disquete com as informações para São Paulo.

Consta também do programa Siscamid o cadastramento de Militantes dirigentes que foram eleitos nas conferências dos diversos níveis preparatórias do 9º Congresso.



# O Paraná agarrou o desafio da formação

Luiz Manfredini



Com um curso básico realizado em Foz do Iguaçu, dia 12 de abril último, reunindo também camaradas de Cascavel, o PCdoB paranaense desencadeou um ambicioso projeto de formação política que inclui ainda um curso panorâmico regional não compacto, um curso inédito sobre a realidade do Estado, seminários, palestras, mesas redondas e a formação e atualização de professores locais - como embrião de uma escola estadual do Partido. O propósito geral é não apenas ilustrar as fileiras partidárias, melhorar sua aptidão política, como, essencialmente, alimentar e robustecer sua unidade ideológica.

O projeto impõe-se, essencialmente, a tarefa primordial (e prática, concreta) de transformar em ações do dia-a-dia as premissas conceituais, as teorias e as declarações de boas intenções, contribuindo para instituir, entre a militância partidária, uma vida intelectual ativa e fecunda, o florescimento de uma cultura de apreço ao conhecimento, de amor ao saber. Afinal, pode-se afirmar que a história do marxismo e das revoluções que ele engendrou, é a história de um turbilhão teórico avassalador. Quando esse maremoto de idéias refluíu, à base da *manualização* da teoria, ou de sua transformação em mera propaganda, cercada por um proselitismo reducionista, o socialismo começou a definhir e a originalmente vigorosa doutrina de Marx, Engels e Lênin entrou numa perigosa crise de estagnação. Para a retomada do projeto socialista, o desafio teórico, que sempre foi grande, hoje torna-se descomunal.

O projeto - que inclui a disseminação de elementos de metodologia científica como estímulo ao estudo individual - é articulado e seqüencial, ou seja, o curso básico, destinado à toda a militância partidária do Estado, incluindo amigos e simpatizantes, seleciona os cursistas do curso imediatamente superior, o *Alavanca*. Este, por sua vez, seleciona alunos para os cursos nacionais. O curso básico - duas aulas, cada qual com 45 minutos de duração, seguidas por debate - apresenta rudimentos sobre a história do PCdoB, seus objetivos estratégicos, sua sustentação teórica, a teoria e a prática do socialismo e o programa atual do PCdoB para o Brasil.

O *Alavanca* é um curso panorâmico regional. Ao longo de três meses, em determinados finais de semana, aprofundará questões essenciais da filosofia, da economia política, da teoria e da prática do socialismo, do Programa Socialista do PCdoB para o Brasil, além da teoria da organização partidária. A distância de cerca de 20 dias entre as aulas de um tema e as de outro, permitirá ao aluno a adequada leitura da bibliografia correspondente, método que contribui para a melhor assimilação dos assuntos, além de educar os cursistas numa vida intelectual mais ativa e sistemática. O curso sobre a realidade do Paraná - ainda sem data - será essencial para qualificar o militante quanto à realidade em que atua, capacitando-o - tanto quanto possível - a examiná-la com base no referencial teórico marxista.

O brevíssimo espaço desta "Classe" submete-nos à uma linguagem quase telegráfica. Mas, em suma, aqui estamos para reafirmar que procuramos, no Paraná, enfrentar os abismais desafios da época, a gigantesca ofensiva do capital, o refluxo revolucionário. Estudamos e lutamos, é nossa lida

sente nesta data importante. Energia pontuada pela presença e homenagens prestadas ao PCdoB, por personalidades de diversos setores da sociedade e partidos políticos. Também com as participações emocionadas de grandes



Marcelo Cordeiro, testemunha da história

## Filho de fundador filia-se ao PCdoB

Filiou-se ao PCdoB, no início de abril, o advogado Marcelo Cordeiro, filho de Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, em 1922.

"Fui tomado, naquele momento, por uma forte emoção, quando um passado já muito distante veio à minha memória, trazendo cenas de vitórias e sofrimentos. Sofrimentos, diga-se de passagem, recebidos com coragem e resignação porque significavam a nossa colaboração na luta por melhores dias para o nosso povo". Assim Marcelo se refere ao ato de sua filiação ao PCdoB.

A sua ficha foi abonada por Simão Almeida, do Comitê Central que, sob aplausos emocionados dos militantes e amigos que lotavam o auditório do Sindicato dos Bancários, no Recife, no ato comemorativo dos 75 anos do Partido, destacou o fato "como um símbolo vivo da continuidade do nosso velho e sempre jovem partido".

Marcelo Cordeiro, 76 anos, advogado, conta que, junto com seus quatro irmãos, recebeu educação socialista do pai e sempre procurou contribuir para a luta dos trabalhadores. Ainda adolescente foi repórter da *Folha do Povo*, jornal diário editado pelos comunistas pernambuca-

nos, de 1935 (a primeira edição data de 9/7/35) a 1964. Depois, como advogado trabalhista, prestou serviços aos sindicatos operários das indústrias da construção civil, têxteis, marcenaria, couros, sabão, vela e produtos minerais. "Era mais do que advogado, procurava educar os trabalhadores", diz ele. Daí, ter sido preso e mantido encarcerado na antiga Casa de Detenção, no Recife, por 45 dias, submetido a Inquérito Policial Militar por ocasião do golpe de 64.

"Modestamente, sou testemunha da história", assinala ao se referir a diferentes momentos da luta política em Pernambuco, sempre lembrando a figura do pai, Cristiano. "Meu pai jamais deixou de ser comunista, cumpriu sempre o seu dever de militante, inclusive quando foi obrigado a afastar-se da família por oito anos, de 1937 a 1945, perseguido pela repressão do Estado Novo.

"O socialismo não morreu. A luta prossegue. Vim para o PCdoB porque aqui é o meu lugar", observa, entusiasmado com a realização do 9º Congresso, do qual participará como militante do partido na capital. "Sempre levei a sério as tarefas que assumi. Estou aqui para carregar o meu tijolo", arremata.

## Vídeo sobre os 75 anos do PCdoB estimula filiação

Jorge B. Guedes

A Comissão Nacional de Propaganda produziu uma fita de vídeo com o objetivo de divulgar e promover o espírito de luta do Partido Comunista do Brasil, que comemora 75 anos de existência. Lírico e empolgante, o vídeo faz o contraponto necessário à campanha pelas restrições democráticas do governo FHC.

Tendo como foco central o ato de 25 de março, que foi realizado na Casa de Portugal em São Paulo reunindo cerca de 2.000 pessoas, este vídeo, intitulado "Partido Comunista do Brasil: 75 anos, sempre jovem", não limitou-se apenas a fazer um registro desta cerimônia, que durou quase 5 horas. Nos seus aproximadamente 18 minutos de duração, transmite com fidelidade e ritmo a forte energia pre-

sentada nesta data importante. Energia pontuada pela presença e homenagens prestadas ao PCdoB, por personalidades de diversos setores da sociedade e partidos políticos. Também com as participações emocionadas de grandes

artistas como Gianfrancesco Guarnieri, Sérgio Mamberti, Jorge Mautner e outros.

Este vídeo contém ainda um resumo sintético das participações do Partido Comunista na política brasileira,

desde a sua fundação; o discurso consistente de João Amazonas, sobre a trajetória do partido; e a participação da Orquestra Sinfônica de Campinas, regida pelo maestro Benito Juarez.

O vídeo é, portanto, instrumento importante para ser exibido em reuniões de filiação e em outros meios. Está estimulando a filiação partidária e a conscientização dos simpatizantes e recém filiados ao Partido Comunista do Brasil sobre o seu posicionamento atual e coerência com os princípios revolucionários, que nortearam sua fundação, em 1922.

A fita já está à venda e sendo enviada para vários Comitês Estaduais, em todo o Brasil. Para adquirir esta fita, basta entrar em contato com a Comissão Nacional de Propaganda do PCdoB - Fundação Maurício Grabois - São Paulo, Tel/fax: (011) 604-4140 ou 606 0412.



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória do PCdoB - Fundação Maurício Grabois



■ Fotos provam que muitos guerrilheiros não morreram em combate, foram executados pelo Exército. Comissão da Câmara Federal vai realizar exame computadorizado das fotos. Denúncias indicam que as Forças Armadas estariam retirando ossadas da região do Araguaia



O guerrilheiro Antonio Pádua, o Piauí, aprisionado por militares

25 anos da Guerrilha do Araguaia

# Guerrilheiros foram aprisionados e executados

Guilomar Prates

No dia 12 de abril, completaram-se 25 anos da Guerrilha do Araguaia, importante acontecimento nas lutas populares do Brasil. Foi a mais alta forma de resistência ao regime de exceção de 1964, fato constatado até pelo general Hugo de Abreu, da cúpula militar naqueles anos de chumbo.

Uma realidade de extremada repressão política e brutalidade nunca vista, tortura infame, assassinatos de presos políticos nos Dops e Doi-Codi, greves proibidas, sindicatos interditados, impôs um regime de terror contra o povo, principalmente depois da edição do Ato Institucional nº 5. É nesse ambiente que surge o Araguaia, organizado e dirigido na clandestinidade pelo Partido Comunista do Brasil. O Araguaia não era um movimento subversivo, como costuma dizer a repressão, não visava implantar o socialismo no Brasil. Destinava-se a organizar a resistência armada contra a ditadura, já que não havia espaço para outras formas de luta.

Tem sido feito grande esforço de pesquisas e investigações para desvendar o paradeiro dos guerrilheiros e revelar a história da guerrilha ocultada durante tantos anos. Recentemente, estes esforços vieram à tona na imprensa brasileira e desaguaram na comissão especial dos desaparecidos do Ministério da Justiça. Pesquisas realizadas no município

de São Domingos do Araguaia levantaram um conjunto de seis áreas onde, provavelmente, encontram-se os despojos de 19 combatentes, fato de conhecimento das autoridades federais.

Em São Domingos do Araguaia, o estudante universitário e militante do PCdoB, Paulo Fontelles Filho, além de identificar os cemitérios clandestinos, conseguiu com moradores locais três fotos de desaparecidos presos pelas Forças Armadas ainda com vida.

Suas pesquisas foram apresentadas na Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, que reuniu-se no mês de abril para analisar o material. Da reunião participaram o presidente da Comissão Especial, Miguel Reale Júnior; o representante das Forças Armadas, general Oswaldo Pereira; o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara; deputado Nilmário Miranda, e Suzana Lisboa, que representa as famílias dos desaparecidos.

As fotos provam que os guerrilheiros não morreram em combate e, sim, desapareceram em poder do exército. Numa delas aparece o astrônomo Antônio Pádua Costa, o "Piauí", cercado por uma dezena de soldados armados. Dois foram identificados como os sargentos conhecidos por Anibal e Salsa. Em outra foto, ainda num velho monóculo, Pádua aparece com as mãos amarradas - uma delas desfigurada pela tortura - sendo interrogado por um militar. Paren-

tes do guerrilheiro, residentes no Rio de Janeiro, reconheceram Piauí nas fotos.

Na terceira, meio desfocada, aparece um helicóptero do exército com três soldados e um prisioneiro que, segundo testemunhas, seria o engenheiro Lúcio Petit. Lúcio usava o pseudônimo de Beto e, de acordo com a versão dos militares, também teria desaparecido.

Tirar fotografias com guerrilheiros era um *hobby* dos soldados. Muitas dessas fotos ficaram em poder dos moradores da região. Vinte e cinco anos depois, aparecem como a principal prova para desmentir as Forças Armadas. "O Exército sempre negou que prendeu os guerrilheiros para depois torturá-los até a morte. Eles violaram a Convenção de Genebra, que previa a preservação da integridade física de prisioneiros de guerra", lembra Fontelles.

A Comissão Externa da Câmara vai realizar um exame computadorizado do material, especialmente da fotografia em que aparece Lúcio Petit, a fim de tirar todas as dúvidas.

Na reunião, foi apresentado também um mapa do município de São Domingos com os locais de 19 cemitérios clandestinos, onde estariam as ossadas dos guerrilheiros. "Só mesmo com a ajuda dos moradores da região é que consegui localizar esses cemitérios. Seria injuste que também fosse criada uma lei estadual ou federal para indenizar essas pessoas, que foram torturadas, ficaram in-

válidas ou perderam parentes na guerrilha", afirma Fontelles.

Ele disse na Comissão que se deslocou a outros municípios da região à procura de novos cemitérios e obteve a informação de que, ao contrário da versão oficial, o guerrilheiro Oswaldão não foi morto pelo camponês Avelino Piauí, mas sim por um cabo do Exército conhecido como Florentino.

Fontelles conseguiu ainda o depoimento de uma testemunha, garantindo que Oswaldão está enterrado na cabeceira da antiga pista de pouso do Exército, no município de Xambioá, hoje Estado de Tocantins.

"Mesmo sem infra-estrutura conseguimos muito mais dados do que os obtidos nos últimos anos, porque realizamos um trabalho persistente e ganhamos a confiança dos moradores da região, com os quais convivemos por mais de seis meses. Vamos continuar o trabalho para encontrar as ossadas dos guerrilheiros", afirmou.

Fontelles também informou à comissão que, durante o levantamento, soube da existência de uma ossada que poderia ser de um dos guerrilheiros. Foi encontrada por um camponês conhecido, que havia desenterrado o esqueleto na fazenda Fortaleza, município de São Geraldo do Araguaia.

O camponês entregou a ele os restos mortais - com uma perfuração de bala no crânio, o que sugere execução, e um pedaço de tergal, tecido usado na época por guerrilheiros - que estão guardados em lugar seguro em Marabá. O universitário desmentiu que tenha transportado a ossada para outras cidades, como foi noticiado por alguns órgãos de imprensa. "Não sou irresponsável para andar por aí com ossadas de guerrilheiros".

A Comissão deve reiniciar os trabalhos de pesquisa e exumação dos restos mortais dos guerrilheiros nos meses de junho e julho.

No final de maio do ano passado, após apresentação do dossiê do jornal *O Globo*, helicópteros das Forças Armadas foram vistos sobrevoando a Serra das Andorinhas, com o objetivo de retirar duas ossadas, fato comprovado pela equipe argentina de antropologia forense em seu relatório de fechamento da terceira missão do Ministério da Justiça. Neste mesmo período, segundo relatos de moradores, o próprio Major Curió, que comandou, na época, o ataque aos guerrilheiros, esteve em São Domingos, intimidando camponeses que colaboraram nas investigações.

Há denúncias de que a retirada das ossadas continuaria sendo feita por pessoas ligadas ao major Curió. Há cerca de dois meses, na reserva Sororó dos índios Suruis, três homens, descritos como altos e fortes, foram vistos retirando ossadas, fato que foi denunciado pelo cacique Maçu. No mês de maio, a Comissão vai ouvir o índio Maçu para confirmar as denúncias.

Sobre o seu trabalho de investigação na região do Araguaia, Paulo Fontelles afirma: "É um direito de saber, de conhecer sua história recente, porque são essas lutas que moldam o caráter do próprio povo".



# Mulheres por um mundo de igualdade

Olivia Rangel \*

Durante muito tempo as mulheres foram relegadas às sombras da História. Embora haja registros de gestos e escritos feministas desde a antiguidade, o movimento em defesa dos direitos femininos, que começa a dar sinais de vida na Revolução Francesa, só ganha corpo em meados do século XIX.

A conquista do poder pela burguesia põe abaixo a hegemonia do cristianismo e dominação da Igreja católica. O trabalho produtivo desloca-se do interior das casas para o espaço público, desagregando a unidade de produção familiar. As mulheres são lançadas no mercado de trabalho, passando a ter vivência coletiva. A era das revoluções (os 60 anos entre 1789 e 1848) causa a maior transformação social que o mundo conheceu desde a antiguidade. Cria condições para um para uma renascença nas ciências, na filosofia, na religião e nas artes. E imprime considerável impulso à participação feminina na sociedade.

O nascimento do materialismo histórico também impulsiona significativamente o debate sobre a opressão feminina. A teoria marxista discute o papel da reprodução e da família, formula um projeto de emancipação das mulheres e adota como um de seus princípios a igualdade de direitos entre os sexos. Ao analisar o surgimento e desenvolvimento da economia, do parentesco e do Estado e dissecar a estrutura da sociedade capitalista, Marx e Engels desvendaram o processo histórico de opressão de classe e de gênero. E derrubaram os pilares da tese fatalista da base natural da opressão da mulher.

A concepção socialista de Marx e Engels também imprime considerável impulso prático ao movimento de emancipação feminina. Com a revolução de 1917 na URSS, pela primeira vez na história da Humanidade um Estado assume programaticamente a defesa dos direitos da mulher.

O fermento de agitação socialista desencadeado pela Revolução de Outubro contribui para fortalecer as idéias democráticas e socialistas no Brasil, bem como o movimento de emancipação feminina. A entrada do século XX assiste grandes manifestações operárias, com marcante presença feminina, e a luta das mulheres por suas reivindicações específicas. Bertha Lutz, bióloga que retornara ao Brasil graduada pela Sorbonne, foi a líder do movimento sufragista feminino brasileiro. Bertha cria a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher em 1920, no Rio de Janeiro, juntamente com Maria Lacerda Moura. A Liga incorpora as reivindicações das trabalhadoras de salário igual para trabalho igual. Era a força das trabalhadoras que se impunha. Mas as mulheres só conquistam o direito de voto em 1932, no governo Vargas, ratificado na Constituição de 1934.

A segunda metade da década marca o ascenso do nazifascismo no mundo. As mulheres se mobilizam no sentido de forçar o governo Vargas a apoiar os ali-

ados durante a II Guerra Mundial. Surge a campanha do Tostão nos sindicatos, onde as mulheres ajudavam a arrecadar dinheiro. É criada a Ala Feminina de Emancipação Nacional, que lutava primordialmente contra a guerra.

Com o fim da II Guerra e o fim da ditadura de Vargas, o movimento democrático ganha vigor. Vêm os anos do movimento pela anistia aos presos políticos e pela Constituinte. As mulheres têm papel fundamental nessas lutas e muitas derramam seu sangue nos protestos populares. Em novembro de 1949, é assassinada no Rio de Janeiro a comunista Zélia Magalhães, em manifestação convocada pela Liga dos Direitos Democráticos para comemorar o 60º aniversário da República e lutar contra a aprovação da Lei de Segurança Nacional. O assassinato de Zélia, que estava grávida, causa grande comoção. Seu enterro transformou-se numa dos maiores atos de protesto até então registrados na cidade. No ano seguinte, em 1º de maio de 1950, a operária Angelina Gonçalves é morta a tiros durante manifestação contra o fechamento arbitrário da União Operária. Nesse momento de grande

mobilização surgem as Uniões Femininas e os Comitês de Mulheres pela Democracia. É fundado o jornal *Momento Feminino*, orientado pelos marxistas, que jogou importante papel na unificação do movimento de mulheres por sua emancipação. *Momento Feminino*, órgão unitário de informação e mobilização, deu importante contribuição à organização da Federação de Mulheres do Brasil, que congregou organizações de mulheres de 11 Estados brasileiros. Arcelina Mochel, vereadora do Rio de Janeiro pelo PCdoB e fundadora do jornal, foi eleita secretária geral da entidade.

Juntamente com a questão do custo de vida vem a Campanha pela Paz e pela Soberania Nacional, em defesa do petróleo. Nessa época a luta contra a carestia era o elo de união entre o movimento das donas de casa e a luta das mulheres operárias e camponesas por melhores condições de vida e de trabalho. A ditadura militar de 1964 decreta o fim da Federação de Mulheres do Brasil e o movimento feminino se desarticula. O movimento democrático e popular é esfacelado.

O movimento feminista enquanto tal só volta a se rearticular no Brasil em meados da década de 70, sob influência da onda revolucionária que percorre a Europa, a China, América Latina e EUA, desde o fim da década de 60, com os grandes movimentos estudantis e a contestação dos costumes. Em meio a essa efervescência política o movimento de mulheres ressurgiu nos marcos do Ano Internacional da Mulher decretado pela ONU em 1975. No Brasil, ao lado do Movimento Feminino pela Anistia, surgem grupos e jornais feministas dando novo impulso ao debate sobre a questão da mulher. O avanço democrático no país exige cada vez mais uma participação política da mulher, colocando a necessidade dos grupos saírem do seu fechamento e incorporarem as questões gerais que preocupam o povo. As mulheres também têm grande participação

nos movimentos de resistência à ditadura militar, nos partidos e organizações políticas de esquerda. Muitas tombam na luta ou morrem sob tortura. A resistência armada realizada pelo PCdoB no Araguaia, sul do Pará, entre 1972 e 1974, conta com expressiva participação feminina. Mulheres como Helenira Resende, Maria Lucia Petit e Dina tombam na luta, registrando seus nomes nas páginas da heróica história de resistência de nosso povo aos ditames do regime discricionário.

No início da década de 80, no bojo da grande luta democrática pelo fim da ditadura militar, começa a se configurar a corrente emancipacionista, com o surgimento das Uniões, Centros e Movimentos de Mulheres em diversos Estados. Seu primeiro instrumento nacional, a revista *Presença da Mulher*, surgida em 1986, passa a divulgar a concepção e bandeiras de luta e coordena o I Encontro de Entidades Emancipacionistas realizado no Rio de Janeiro em 1987.

Em uma situação nacional e internacional favorável, tendo como bandeira unificadora a "igualdade de direitos constitucionais", cresce o movimento de mulheres e cresce a corrente emancipacionista. As entidades emancipacionistas, cujo número atingiu mais de uma centena em todo o país, desempenham importante papel na luta por democracia e soberania nacional, pela igualdade de direitos jurídicos, pelos direitos das mães trabalhadoras, por creches, contra a violência sobre a mulher.

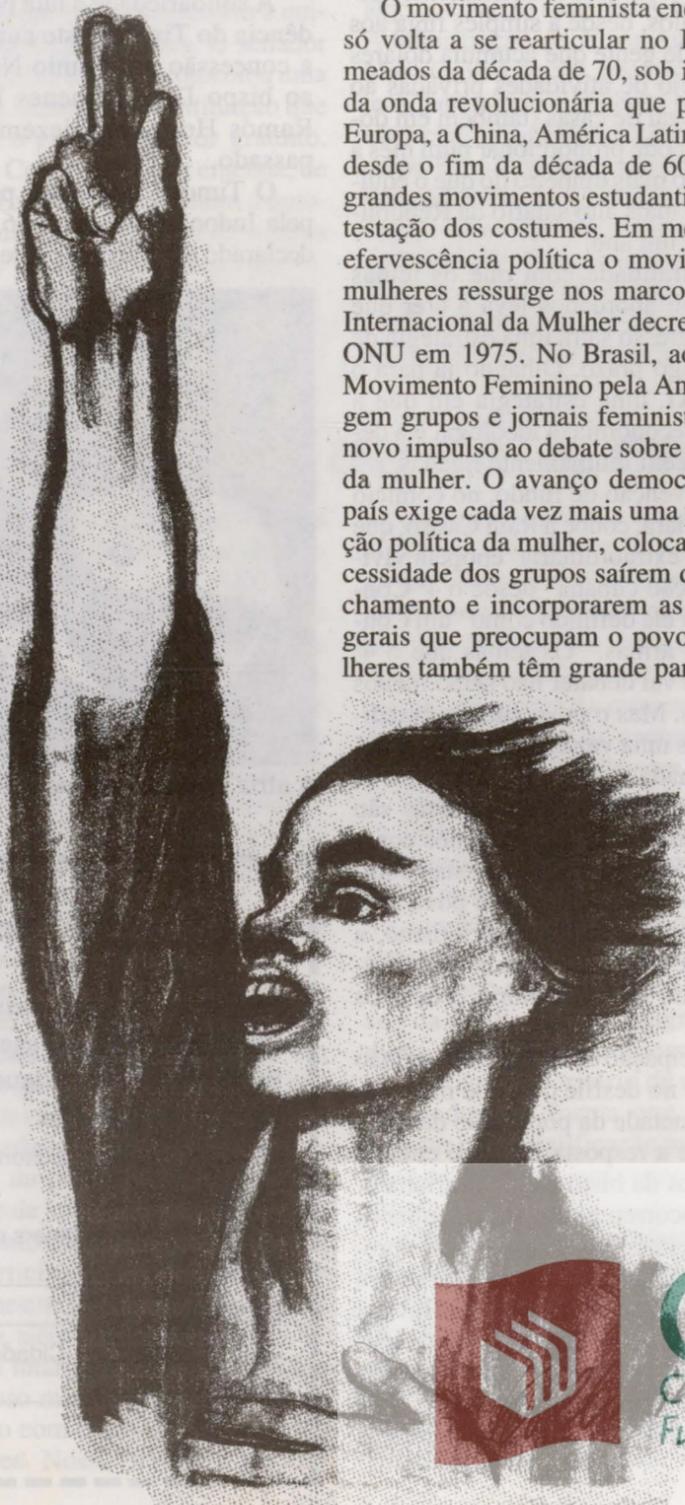
Como resultado dos avanços e conquistas do movimento de mulheres e do ascenso da corrente emancipacionista, é fundada a União Brasileira de Mulheres, entidade nacional representativa das entidades emancipacionistas locais, em seu I Congresso em Salvador, em 1988, que conta com a participação de cerca de 1.200 ativistas de todo o país. O Manifesto-Programa da UBM combate a discriminação de que as mulheres são vítimas, defende a soberania nacional, a igualdade social, racial e de gênero e afirma: "lutamos por um Brasil onde a opressão e a exploração passem a ser apenas uma página do passado na história de um povo que viverá uma nova sociedade de iguais, uma sociedade socialista. Contra toda opressão, por um mundo de igualdade".

O esgotamento daquela bandeira unificadora, com a aprovação da Constituição de 1988, ao lado da crise do socialismo, o aprofundamento da crise do capitalismo, o descenso do movimento democrático e popular, dá início a um processo de refluxo do movimento feminista em geral e da corrente emancipacionista em particular.

Nesta fase há todo um processo de redefinição e recharacterização das correntes e organizações feministas, no qual a maior parte destas se institucionaliza através dos conselhos governamentais ou das ONGs dedicadas a pesquisa, assessoria ou prestações de serviços temáticos.

Nesta conjuntura, a UBM, realiza seu III Congresso em Goiânia, em 1994, como um Congresso de retomada. Avaliando as mudanças no perfil da mulher brasileira, no movimento de mulheres, na realidade social, assim como a experiência da corrente emancipacionista, aprova novo plano de ação política e organizativa para a UBM e assume posição de documentação e memória.

\* membro da Comissão Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher



CDM

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# PC de Cuba convoca seu 5º Congresso

Miguel Urbano  
Rodrigues

Em atmosfera e cenário incommuns, o Partido Comunista de Cuba anunciou a convocação do seu V Congresso, na cidade de Santa Clara, durante um comício comemorativo do 36º aniversário da proclamação do caráter socialista da revolução.

Os símbolos marcaram a jornada. Foi em Santa Clara que se travou a última batalha do Exército Rebelde contra as tropas de Batista e quem comandou o ataque foi o Che. E será no dia 8 de outubro, aniversário da morte de Che, que o Congresso abrirá os seus trabalhos.

Terminado o comício, as Forças Armadas Revolucionárias desfilarão entre aclamações da multidão, numa parada evocativa da derrota da invasão mercenária de Giron, idealizada, financiada e armada pelos EUA.

A convocatória do Congresso é um texto objetivo, redigido no estilo a que o Partido habituou o povo desde o início do período especial.

Numa avaliação sintética do trabalho realizado desde o 4º Congresso, o PCC chama a atenção para os novos desafios políticos e ideológicos resultantes das transformações econômicas ocorridas nos últimos seis anos. O partido teve e terá de combater em certas camadas da população "fenômenos negativos, tais como egoísmo, a psicologia mercantilista, a ânsia do lucro, o consumismo e a perda de determinados valores éticos e revolucionários".

A convocatória, que reflete otimismo e confiança num quadro de grandes dificuldades, recorda que não obstante as duríssimas condições de vida resultantes da política de cerco, o partido "se fortaleceu com o sangue fresco de mais de 232 000 trabalhadores exemplares, selecionados nos seus coletivos de trabalho e que foram admitidos na vanguarda durante este histórico período".

Um documento de teses para o Congresso, que está sendo elaborado pelo Comitê Central, será em breve distribuído para que todo o povo possa pronunciar-se sobre o seu conteúdo e enriquecê-lo durante o debate nacional.

É difícil, no Brasil, imaginar o estilo do novo diálogo político em Cuba. O alto nível da participação popular, característico da democracia cubana, não seria possível se partido e governo não usassem a linguagem da verdade. As mazelas sociais não são escondidas.

Fidel, num discurso dirigido à juventude, lembrou semanas atrás, que Cuba não vive numa redoma de vidro, imune a contágios perigosos. A Revolução não teria podido sobreviver sem as reformas econômicas do período especial. Mas estas introduziram na ilha "determinadas formas de capitalismo", o que significa, no dizer de Fidel, a obrigatoriedade de "respirar elementos poluidores,



Fidel Castro, em Havana, Cuba

bactérias, vírus e parasitas de todas as espécies".

Condenando o pessimismo, Fidel lembrou que o otimismo sadio implica a consciência de que para se combater a indisciplina, a corrupção e o egoísmo, é indispensável debater a fundo esses problemas e conhecer as formas de atuação daqueles que aproveitam o período especial para enriquecer ilicitamente. Citou exemplos, desde a simples fuga aos impostos de gente que acumula dólares no exercício de atividades privadas ao aluguel ilegal de casas (também em dólares) que pode proporcionar num mês a um cidadão mais dinheiro do que o equivalente ao mais alto salário da República durante um ano.

A naturalidade com que os temas quentes são abordados leva a crer que do V Congresso sairá uma estratégia de ação a longo prazo. Olhando já para o século XXI, uma estratégia em que a política, a economia, a ideologia e a defesa aparecem intimamente ligadas.

A intervenção de fundo, no comício de Santa Clara, coube a Raul Castro, que evocou "a extraordinária epopéia vivida pela nação cubana" desde o 4º Congresso, por ele definido como "um Congresso em armas." Os temas que o 4º Congresso vai debater não serão menos complexos. Mas o povo cubano acredita que mais uma vez encontrará as soluções adequadas.

"Temos a certeza - as palavras são de Raul Castro - de que podemos construir o socialismo, mesmo nestas complexas circunstâncias, pois o povo preservou a sua unidade, o patriotismo, a dignidade e a fidelidade ao compromisso contraído com a história e com os mártires.

A participação de mais de um milhão de pessoas no desfile do 1º de maio em Havana - metade da população da cidade - trouxe a resposta do povo cubano aos desafios da história. Contrariamente ao que ocorreu no Brasil, os cubanos não aproveitaram a jornada para apresentar reivindicações e protestar contra a política do Poder Central. Em Havana o povo conclamou a Revolução e os seus dirigentes. Os protestos foram dirigidos ao imperialismo norte-americano e à sua política de guerra não declarada conta a Ilha.



## Solidariedade ao Timor Leste

A Casa de Portugal, em São Paulo, foi abrigo de um ato cultural, de solidariedade e pela independência do Timor Leste, no dia 25 de abril.

O ato contou com a presença de representantes de Portugal, Cabo Verde, de várias entidades que apóiam a luta do povo timorense e da atriz Lucélia Santos. Os deputados estaduais por São Paulo, Jamil Murad e Nivaldo Santana, lá estiveram representando o PCdoB.

Depois do ato, a banda Mundo Livre realizou um show e um vídeo mostrou um pouco da arte produzida no Timor.

A solidariedade à luta pela independência do Timor Leste aumentou com a concessão do Prêmio Nobel da Paz ao bispo Dom Ximenes Belo e José Ramos Horta, em dezembro do ano passado.

O Timor Leste é um país ocupado pela Indonésia desde 1986, quando foi declarado a 27ª província desse país. Sua

população era de cerca de 700 mil habitantes em 1990.

Durante quase 500 anos, o Timor Leste foi colônia portuguesa. Em 1515 os portugueses ocuparam a parte leste da ilha. Em 1651, os holandeses ocuparam a parte oeste e as demais ilhas da região. No final da Segunda Guerra Mundial a Indonésia declara a sua independência e incorpora a parte oeste do Timor ao seu território.

Em novembro de 1975, após guerra civil de um mês, a Frente Revolucionária do Timor Leste Independente (Fretlin) tomou o poder e declarou a independência da região. No mês seguinte, sob o pretexto de acabar com a guerra civil, forças indonésias invadiram o país, ocupando-o desde então.

A resistência à ocupação demonstra que esse povo não aceita seu genocídio físico e cultural, mantendo a luta pela conquista de sua autodeterminação e pela independência de sua pátria.



A atriz Lucélia Santos manifesta seu apoio ao Timor Leste

### Promoção Especial

Faça ou renove a sua assinatura anual de 30 publicações do jornal **A Classe Operária** e ganhe uma agenda 1997, em homenagem a Che Guevara, por apenas R\$ 35,00. Ligue (011) 604 4140 / (011) 606 0412

Formas de pagamento:

- Cheque nominal à Editora Jornalística **A Classe Operária**
- Vale Postal

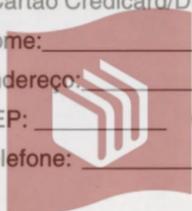
- Cartão Credicard/Diners nº \_\_\_\_\_ Validade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



■ Comunistas querem restaurar o poder popular, a justiça social e o socialismo na Rússia. O 4º Congresso do PCFR, realizado em abril, registrou 540 mil militantes nas 24 mil organizações de base do partido. PCdoB enviou representantes ao congresso dos comunistas russos

# Comunistas disputam o poder na Rússia

Nos dias 19 e 20 de abril realizou-se, em Moscou, o 4º Congresso do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR). Sob o lema *Trabalho, Poder Popular e Socialismo*, o evento contou com a participação de cerca de 500 delegados que procederam a um balanço da atividade do partido desde o último congresso, realizado há dois anos e discutiram a linha política para o próximo período, introduzindo emendas aos documentos fundamentais da organização comunista (Programa e Estatutos).

Delegações de partidos comunistas e movimentos de libertação nacional de todos os continentes, num total de 82, participaram do Congresso do PCFR, entre elas a do Partido Comunista do Brasil, representada por Luís Fernandes e José Reinaldo Carvalho, membros do Comitê Central.

"Herdeiro da parte do PCUS que nunca se opôs ao princípio da luta de classes", segundo a expressão do secretário-geral reeleito no Congresso, Guennadin Ziuganov, o PCFR tem-se afirmado como grande organização política com influência na vida nacional. Conta hoje em suas fileiras com 540 mil membros organizados em 24 mil células de bases e dois mil comitês municipais.

Desde a dissolução da União Soviética e a extinção do PCUS, em 1991, o PCFR participou de dois embates eleitorais decisivos, cujos resultados colocaram o partido no patamar de uma força política considerada como alternativa de poder, como reconhece o próprio primeiro-ministro Victor Chernomirdin, para quem "dois partidos políticos disputam o poder hoje na Rússia" - a agremiação *Nossa Casa é a Rússia*, que dá suporte ao governo de Yeltsin, e o PCFR. Na eleição de dezembro de 1995 para a Duma do Estado (parlamento) o PCFR

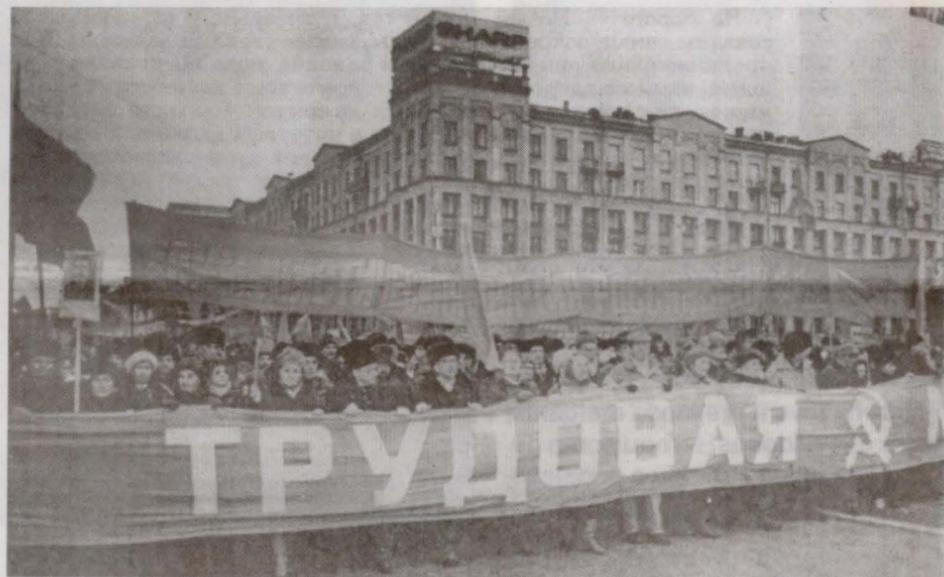
foi o partido mais votado, razão pela qual elegeu o presidente da Casa. E, no pleito presidencial do ano passado, seu candidato, Ziuganov, só não venceu devido à frente conservadora que se formou em torno de Yeltsin, apoiada com vultuosos recursos financeiros e poderosos meios propagandísticos pelas principais potências imperialistas. O PCFR governa quatro províncias e é a maior força política em 125 circunscrições eleitorais.

Ideologicamente, o PCFR define-se como partido marxista-leninista. "Nossos mestres são Marx, Engels e Lênin", declara Ziuganov. Segundo a definição programática, o partido luta pelo socialismo sem que isso signifique, porém, a "volta ao passado". A construção do partido ocupou boa parte dos debates do Congresso. O desafio é estruturar um partido "livre de nostalgias", uma organização social de classe, que seja, ao mesmo tempo, um "partido de patriotas, de intelectuais e de gente honesta".

Em suas intervenções no Congresso, o secretário-geral Guennadin Ziuganov chega a dizer que "ainda não se compreende o passado histórico", acrescentando que "muita coisa que acontece agora é fruto das piores tradições do passado". Os anos 70 são considerados como "períodos de estagnação" e "os defeitos do trabalho ideológico", são tidos como o fator que deu lugar à "traição de Gorbachev e Yeltsin".

Entre as dificuldades principais a serem enfrentadas, destaca-se a organização do partido no seio da classe operária, "que assistiu passivamente à destruição da URSS e do socialismo" e na juventude que, em sua esmagadora maioria, mantém-se afastada do partido e indiferente à luta dos comunistas.

A Rússia é um país virtualmente paralisado, à beira do abismo econômico-



Trabalhadores russos protestam em Moscou

financeiro e social. Os três princípios da orientação econômica em vigor - liberação dos preços, abertura do mercado ao exterior e privatizações - levaram o país ao caos e quebraram o poderio industrial nacional. As privatizações, realizadas num ritmo selvagem, representaram uma fantástica negociata da qual se beneficiaram a máfia, os grupos financeiros e o capital estrangeiro. Gigantescos conglomerados da indústria química, metalúrgica e petrolífera foram literalmente saqueados, vendidos por preços aviltados ou alienados em troca dos chamados bônus da privatização e da dívida pública.

Com os cofres vazios, devido à evasão de receita tributária e do pagamento de amortizações e serviços da dívida pública, o governo não investe nos serviços públicos essenciais e atrasa os salários e aposentadorias.

O saldo que a restauração do capita-

lismo tem deixado na Rússia é a destruição das conquistas sociais da época do socialismo, a polarização social, com a concentração de riqueza de um lado e o alastramento da miséria do outro, o surgimento de fenômenos desconhecidos para a geração que viveu o socialismo, como a fome, o desabrigo e o desemprego que já atinge 15% da população economicamente ativa. Um panorama que os comunistas russos qualificam como "genocídio do povo", que pode levar, segundo o secretário-geral do PCFR, à "eclosão de protestos sociais dos deserdados, a exemplo do que ocorreu na Albânia".

Talvez seja por isso que, numa pesquisa realizada em todo o território da Rússia, em janeiro deste ano, 49% dos entrevistados respondeu que *preferia o sistema socialista ao capitalista*, contra 19% que declaram preferir o regime capitalista.

## Programa prevê frente ampla

Restaurar o poder popular, o Estado devastado, a justiça social e o socialismo. Esta é a síntese do programa aprovado pelo Partido Comunista da Federação Russa em seu 4º Congresso. Como bandeiras imediatas principais destaca-se a luta pelo direito à vida e ao trabalho, a solução do problema democrático e nacional, a luta pela restauração da independência da Rússia, hoje mutilada pelo neocolonialismo, embates que encontram sua expressão política na oposição ao governo Bóris Yeltsin.

Para alcançar seus objetivos, o PCFR

propõe a combinação da luta parlamentar com a luta de massas e a formação de uma ampla frente democrática e patriótica capaz de unir as correntes políticas oposicionistas e uma enorme gama de organizações sociais.

O PCFR tem presente ainda a necessidade de unir todos os comunistas da Rússia num só partido, principalmente aqueles que atuam no Partido Comunista dos Trabalhadores da Rússia, de Victor Ampilov, com 50 mil filiados, embora seja esse um tema bastante controverso nas intervenções de muitos delegados.





A marcha teve a presença marcante de jovens e idosos, tomou conta de Brasília e unificou a oposição



## Os Sem-Terra empolgam o país

Guimar Prates

A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça percorreu dois mil quilômetros entre os dias 17 de fevereiro e 17 de abril. Foram 60 dias em que homens e mulheres simples, de mãos calejadas e pés que sangravam, mas que tinham a esperança estampada no rosto, enfrentaram o sol e a chuva, dormiram sob suas rotas barracas, comeram os alimentos doados pelas pessoas cuja simpatia foi sendo conquistada ao longo do trajeto. A marcha chamou a atenção para a necessidade da reforma agrária no país. Parou em diversas cidades, realizou atos públicos, procurou e ofereceu solidariedade aos excluídos, aos sem-emprego, aos sem-teto, aos sem-saúde, aos sem esperança.

Essa caminhada culminou, no dia 17 de abril, no maior protesto contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Cerca de 100 mil pessoas, entre trabalhadores, estudantes, desempregados e sem-teto, organizadas pela CUT, UNE e outras entidades, receberam o MST numa manifestação que tomou conta das ruas de Brasília e da Esplanada dos Ministérios.

Foi uma grande demonstração de unidade e força da oposição. Obrigou FHC a reconhecer não serem meia dúzia de gatos pingados os que se opõem a seu governo, como ele havia previsto alguns dias antes, e a receber uma comissão de trabalhadores no dia 18. Como era de se esperar, nada foi proposto aos sem-terra que pudesse alterar o rumo do movimento ou da refor-

ma agrária no Brasil. O presidente, no entanto, teve que ouvir todas as críticas que os movimentos sociais fazem ao seu governo, desde a condescendência com a impunidade e a falta de emprego até a subordinação do país aos ditames da chamada nova ordem mundial.

Tanto a marcha como a manifestação em Brasília foram democráticas e pacíficas, fato reconhecido até por FHC, depois de ter apostado que seriam um fracasso. Os milhares de manifestantes que estavam na Esplanada do Ministério decidiram mostrar a força da mobilização em frente ao Palácio do Planalto, onde gritaram diversas palavras de ordem contra Fernando Henrique.

O ato ecumênico, realizado sob uma chuva torrencial, homenageou os 19 sem-terras assassinados em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 96. Os nomes de cada um deles foram lembrados em voz alta, enquanto a multidão respondia "presente". Num gesto simbólico foram distribuídos saquinhos com terra e alimentos. Dom Demétrio Valentin, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), leu uma prece onde afirma que o movimento "reacende a chama de nossa utopia. Fortalece nossa marcha pela terra prometida da reforma agrária, do trabalho com dignidade e da democracia real".

Depois, o mesmo palanque armado em frente ao Congresso Nacional serviu para um ato político que reuniu os setores mais representativos da oposição ao

atual governo. João Pedro Stédile, líder do MST; Lula, presidente de honra do PT; João Amazonas, presidente do PCdoB; Cristóvam Buarque, governador do Distrito Federal; Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT, se revezaram no palco para criticar a política implementada pelo governo federal.

Enquanto Lula leu um manifesto denunciando a postura autoritária e anti-

social de FHC, Stédile disse ter ido a Brasília não para conversar com FHC, mas para dialogar com a sociedade.

O presidente nacional do PCdoB conclamou à unidade dos setores progressistas e de oposição: "A unidade é uma grande força, capaz de derrotar a política neoliberal e construir dias melhores para o Brasil e os brasileiros", afirmou João Amazonas.

### Unidade da oposição

A marcha dos sem-terra e a grande mobilização em Brasília ganhou as primeiras páginas dos principais jornais brasileiros e algum espaço nos noticiários de televisão. Não poderia ser diferente, sob o risco desses veículos ficarem desmoralizados diante da grande cobertura internacional que o fato obteve e do apoio da opinião pública brasileira.

Mas, não podendo esconder a mobilização, jornais e emissoras de TV tentaram tirar da manifestação o seu conteúdo essencial, tratando todos aqueles que não eram sem-terra como oportunistas que foram na carona do MST, passando a idéia de uma disputa com as lideranças desse movimento, que não existiu.

Dando eco a uma frase de Fernando Henrique, editoriais diziam não entender o que outras entidades, como a CUT, a UNE e a UJS estavam fazendo em Brasília, assim como parlamentares de partidos de oposição. "O movimento perdeu a pureza", vociferaram alguns. Articulistas acostumados a cumprir o papel de porta-voz do Planalto melhor do que o faz o oficial, pareciam papagaios, a repetir a bobagem de FHC, com o objetivo de minimizar o protesto e esconder a derrota do chefe maior do executivo.

Dois fatos importantes dessa natureza já haviam demonstrado a unidade desses setores: a formação do Bloco das Oposições no Congresso Nacional e a realização da Conferência Nacional por Terra, Trabalho e Cidadania.

Além disso, está claro que o movimento com o príncipe começa a passar a viver. Os setores sociais se somam à pressão

contra o autoritarismo. As acusações de corrupção e de falta de escrúpulos é uma tomada de posição muito forte da CNBB. Juristas importantes denunciaram, em um manifesto à nação, "um processo de ruptura do modelo constitucional democrático". O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, repele que "o governo pretenda, a cada semana, ajustar a Constituição à conveniência dessa ou daquela política pública em execução". A denúncia assume a tarefa de defender o Estado de direito, ameaçado pela "ditadura da maioria". Ditadura essa que, a cada dia, se configura mais clara.

O colunista Janio de Freitas, uma das honrosas exceções da imprensa brasileira, afirmou na *Folha de São Paulo* de 6 de maio, que o ataque aos juristas "transpõe todos os limites toleráveis da exaltação e consagra a violência fascistoide como norma do núcleo do governo no trato com a divergência democrática e legal".

E continua Janio: "Fernando Henrique recorre (a essa norma) quando lhe faltam argumentos para contrapor-se, racionalmente, a uma crítica ou uma concepção diferente da sua. E quase sempre e em quase tudo lhe tem falta de argumentos".

Algumas semanas antes da manifestação do dia 17, o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann negava o reconhecimento ao movimento e FHC considerava que a marcha não atingiria seu objetivo, porque ele não reconhecia a existência dos sem-terra. FHC foi obrigado a recuar.



A unidade dos excluídos